



A economia gaúcha nos anos 2000

Entre 2000 e 2009, a economia do Rio Grande do Sul cresceu a uma taxa média anual de 2,4%. Os primeiros cinco anos expandiram-se a 2,6%. Em 2005, uma das piores estiagens da história do Estado afetou negativamente a agropecuária e, indiretamente, também a indústria de transformação, determinando uma queda de 2,8% no PIB. Nos três anos seguintes, houve forte recuperação, com avanço médio de 5,0% ao ano. Em 2009, os efeitos da crise internacional, principalmente sobre a indústria de transformação, acarretaram nova redução do PIB (-0,8%), a segunda da década. O desempenho nos anos 2000 significa um avanço quando comparado com o dos anos 90. Naquele decênio, houve cinco anos de queda no PIB, e a taxa média de crescimento foi de 1,5% a.a.

O PIB *per capita* do Estado valia R\$ 18.771 ao final de 2009, um aumento real de 19,0% em relação ao de 2000. É um dado melhor que o verificado nos anos 90, quando a taxa de crescimento foi de apenas 7,2%.

A agropecuária foi o setor que mais cresceu no período, 3,8% a.a., bem acima, portanto, da expansão do PIB. Essa taxa, no entanto, não esconde a forte oscilação por que passou o desempenho do setor. Foram cinco anos de queda na produção. Mas as altas taxas verificadas em 2001, 2003, 2006 e 2007 (não por acaso, anos imediatamente posteriores às quebras de safra) mais do que contrabalançaram os decréscimos. O Valor Bruto da Produção (VBP) dos cinco principais grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo) cresceu 71,7% na década, resultado do acréscimo de 21,2% na área colhida e de ganhos de produtividade de 41,6%. Na pecuária, o destaque foi a produção de leite, que cresceu 67,9% entre 2000 e 2008.

A indústria de transformação foi o setor que apresentou a menor taxa de crescimento, de apenas 1,3% a.a. A década

havia começado bem para o setor, com expansão média de 4,3% a.a. entre 2000 e 2004. Nos dois anos seguintes, entretanto, os efeitos da estiagem sobre a agricultura afetaram negativamente a indústria. Voltou a crescer em 2007 e 2008, mas já em 2009 foi novamente atingida com força, desta vez pela redução das exportações, ocasionada pela crise internacional. Dentre as principais atividades industriais do Estado, veículos automotores (9,5% a.a. em média), máquinas e equipamentos (5,9%) e celulose e papel (3,3%) foram os que mais cresceram entre 2000 e 2009; mobiliário (-2,3%), bebidas (-2,9%) e calçados e artigos de couro (-6,5%) foram os que mais regrediram.

A construção civil expandiu-se à taxa de 2,0% a.a. Até 2007, seu desempenho foi ruim, apresentando quedas em cinco dos oito anos. A melhora viria em 2008 e 2009, quando cresceu 10,0% e 6,7% respectivamente. Os serviços cresceram à média de 2,6% a.a., praticamente acompanhando a evolução do PIB. Comércio (1,9%) e administração pública (2,1%) tiveram expansão menor.

A exemplo dos anos 90, a economia do Rio Grande do Sul voltou, nos anos 2000, a crescer menos que a brasileira (2,4% contra 3,3%). Setorialmente, a indústria de transformação e os serviços cresceram abaixo da expansão nacional, com agropecuária e construção civil praticamente repetindo as respectivas taxas nacionais. Como consequência, a participação do Estado no PIB nacional caiu ao longo do período, de 6,95% no final dos anos 90 para 6,37% em 2009. Na comparação com os estados, no período de 2000 a 2007, a taxa de crescimento média do Rio Grande do Sul (2,6%) só foi maior que a do Rio de Janeiro (2,5%) e de Alagoas (2,4%).

Taxas de crescimento do PIB, PIB *per capita* e média do período, segundo os principais setores econômicos do RS — 2000-09

PIB E PRINCIPAIS SETORES ECONÔMICOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	MÉDIA DO PERÍODO
PIB	4,3	2,0	1,7	1,6	3,3	-2,8	4,7	6,5	3,9	-0,8	2,4
PIB <i>per capita</i>	3,1	0,9	0,6	0,5	2,2	-3,9	3,5	10,4	2,5	-1,6	1,8
Agropecuária	-3,7	13,1	-3,5	16,4	-10,6	-17,4	50,1	12,7	-5,9	1,2	3,8
Indústria de transformação	8,0	1,1	4,3	1,0	7,0	-5,2	-2,6	5,8	4,1	-9,3	1,3
Construção civil	3,2	-1,6	-2,7	0,1	7,7	-0,3	-1,2	-1,1	10,0	6,7	2,0
Serviços	3,4	1,5	2,4	-0,2	4,2	0,2	3,0	6,0	4,9	0,9	2,6
Comércio	3,1	-1,8	-1,3	-0,8	8,4	-2,3	3,2	5,5	8,1	-2,3	1,9
Administração pública	1,2	2,8	3,1	1,2	2,9	1,1	2,8	1,5	2,6	2,3	2,1

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas/Núcleo de Contabilidade Social.

Reduzido esforço inovativo na indústria gaúcha

O esforço inovativo empreendido pelo setor empresarial é medido pela intensidade tecnológica que expressa a participação dos dispêndios em P&D efetuados pelas empresas na receita líquida. Uma parte desses recursos, os dispêndios externos, é orientada para a aquisição de equipamentos ou de tecnologia gerada fora da empresa. Os dispêndios internos, por sua vez, refletem a pesquisa intramuros, sendo que a soma de ambos constitui o total dos dispêndios.

Entre 2003 e 2005, as empresas brasileiras ampliaram os dispêndios totais e internos, embora permaneçam em patamares inferiores aos dos países da OCDE, considerados de fraco esforço tecnológico, cujos dispêndios internos alcançam em

torno de 1,2%. As empresas gaúchas, por sua vez, reduziram os dispêndios totais e mantiveram constantes os dispêndios internos (PINTEC/IBGE).

De maneira geral, as empresas brasileiras utilizam uma parcela reduzida desses recursos em pesquisas internas sendo que, atualmente, a principal fonte de inovação é a incorporação de equipamentos importados. Mesmo que essa prática seja favorável à empresa que o adquire, a crescente utilização de equipamentos importados limita a difusão nacional e regional de inovações, bem como a geração de novas atividades e novos empregos. No caso específico do RS, é preocupante o fato de alcançar níveis ainda inferiores à média brasileira.

Variação da intensidade tecnológica da indústria de transformação no Brasil e no RS — 2003 e 2005

(%)

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	DISPÊNDIOS EM P&D / RECEITA LÍQUIDA			
	2003		2005	
	Total	Internas	Total	Internas
Brasil	2,5	0,5	3,0	0,8
Rio Grande do Sul	2,3	0,4	2,2	0,4

FONTE: Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica/IBGE — 2003 e 2005.

NOTA: A intensidade tecnológica é igual aos dispêndios em P&D divididos pela receita líquida.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

Queda nas exportações gaúchas em 2009

O valor das exportações gaúchas em 2009 somou R\$ 15,2 bilhões, representando um decréscimo de 17% em relação a 2008. Essa queda se deu tanto pela redução do volume quanto dos preços. O volume, em 2009, foi 10,2% inferior ao de 2008, e os preços apresentaram uma redução de 7,6%.

Se para o RS o resultado das exportações não foi bom, para o Brasil foi ainda pior: o valor das exportações foi de R\$ 153,0 bilhões (queda de 22,7% em relação a 2008). Como os resultados em volume para o Brasil e o Rio Grande do Sul foram similares, o pior resultado do Brasil se deveu exclusivamente pela maior diminuição do preço.

No RS, os setores tiveram desempenhos distintos; enquanto o volume cresceu 24,8% na agropecuária, na indús-

tria de transformação houve queda de 14,6%. Apenas três segmentos industriais apresentaram aumento de volume: produtos químicos (16,7%), derivados de petróleo (100,1%) e celulose e papel (4,7%). Cabe destaque aos serviços industriais de utilidade pública, que, em 2008, representavam apenas 0,03% do valor e que, em 2009, passaram dos 7%, devido ao grande crescimento em energia elétrica. Quanto ao destino das exportações, destaque para China, que se tornou o principal importador dos produtos gaúchos, com 15% do valor, seguido pela Argentina (14%). Os Estados Unidos caíram da liderança para o terceiro lugar, com decréscimo de 49,1%.

Exportações, segundo os principais setores de atividade, do Rio Grande do Sul — 2008/09

SETORES	VARIACÃO (%)		
	Valor	Volume	Preço
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	6,2	24,8	-14,9
Indústria de transformação	-25,8	-14,6	-13,2
Coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	19,9	100,1	-40,1
Celulose, papel e produtos de papel	-23,3	4,7	-26,8
Fumo	9,2	-1,7	11,1
Couros e artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	-32,3	-23,9	-11,0
Máquinas e equipamentos	-37,3	-39,1	3,0
Produtos alimentícios e bebidas	-25,1	-9,7	-17,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-45,0	-48,8	7,3
Móveis e indústrias diversas	-22,2	-22,3	0,2
Total	-17,0	-10,2	-7,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Brasil/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/Secretaria do Comércio Exterior.

Jéferson Daniel de Matos (FEE/CIE)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-dez./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	112,0	-20,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-4,9	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,5	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,2	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	109,9	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,4	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,1	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,3	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,1	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,1	11,6	113,7	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	70,0	11,6	113,2	-0,4	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	70,7	11,3	111,1	-1,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	68,2	8,1	110,0	-1,0	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,0	6,2	114,7	4,3	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	63,2	5,7	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	63,2	6,9	113,3	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	61,1	4,3	110,4	-2,6	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	60,5	-4,6	110,2	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	58,4	-17,3	111,1	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	58,7	-16,3	122,1	9,9	148 649
Dez./09	-	-	-	4,3	-	-	-	-	-	167 400

(continua)

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-dez./09

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez de internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,15	2,66	-2,50	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,31	2,57	-2,26	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,62	2,56	-1,94	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,94	2,54	-1,60	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-0,97	2,56	-1,59	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,17	2,01	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	5,9	0,6	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,10	4,8	-9,6	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	37,3	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,00	1,0	1,8	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,65	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	25,9	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,44	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,4	-1,33	2,77	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,14	-5,1	6,5	78,7	5,1	10,6	-1,42	2,89	-1,48	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,41	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,6	-1,28	2,84	-1,56	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,92	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,72	-1,47	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,48	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,1	-1,23	2,52	-1,29	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,80	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,3	-1,19	2,17	-0,99	221 629	280 080
Out./09	-0,97	43,4	133,95	-10,6	4,7	83,7	-21,9	-25,3	-1,29	1,98	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,0	128,34	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,4	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-	-	-	-	-	-	-22,7	-26,3	-1,55	1,65	-0,10	238 520	282 308

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 02

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — ago./07-dez./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	88,95	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	89,00	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	5,7	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	5,1	81,68	82,89	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,60	79,32	79,32	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,24	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,9	-
Nov./09	-	107,14	108,03	90,63	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	6,0	-	-	-	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — ago./07-dez./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Ago./07	673	10,0	13,4	1 161	1 182	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 158	1 164	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 171	1 182	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 176	1 182	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 203	1 205	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 166	1 163	467 639	1 914 097	1 151 275
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 138	1 133	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 120	1 133	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 150	1 162	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 182	1 202	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 205	1 220	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 208	1 227	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 218	1 224	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 223	1 227	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 224	1 223	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 217	1 223	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 199	1 195	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 210	1 193	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 231	1 217	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 240	1 239	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 222	1 236	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 202	1 214	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 226	1 215	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 240	1 233	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 248	1 227	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 235	1 232	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 263	1 250	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 237	1 233	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	-	-	563 694	1 877 984	1 831 696

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de nov./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

A polêmica do reajuste dos aposentados

Tramitam no Congresso Nacional dois importantes projetos, que abrangem os aposentados do INSS. Um deles se refere ao reajuste dos que percebem acima do piso previdenciário, que é de um salário mínimo, enquanto o outro trata do pagamento das diferenças de reajuste entre aqueles que ganham o piso previdenciário e os que ganham acima do piso, concedidas desde 1991.

Até dezembro de 1991, o reajuste de todas as faixas de aposentadorias era vinculado ao mesmo percentual concedido ao salário mínimo: índice de inflação mais um aumento real estipulado pelo Governo Federal. A partir de janeiro de 1992, essa sistemática mudou: o mecanismo anterior foi mantido apenas para quem ganhava o piso previdenciário e, para aqueles que recebiam acima do piso, o reajuste foi limitado tão somente à variação da inflação medida pelo INPC.

O Governo Lula descarta a possibilidade de pagar as diferenças de reajustes entre o piso e acima do piso concedidas desde 1991, argumentando que isso causaria um forte impacto nos cofres da Previdência: somente de 1995 a 2010, o reajuste do piso foi de 628,59%, enquanto o reajuste acima do piso sofreu uma variação de 311,50%.

Com relação ao reajuste dos benefícios, o Governo propõe um aumento real nos moldes do que está sendo proposto ao salário mínimo, que é um percentual da variação do PIB: para o salário mínimo seria de 100% e para as aposentadorias acima do piso, 50% da variação do PIB. Ao se confirmar a previsão da maioria dos analistas, em 2010 o PIB entraria em uma fase de crescimento sustentado da ordem de 4,5% a 5%

ao ano, e isso proporcionaria aumentos reais significativos nas aposentadorias, nos próximos anos.

Reajuste do piso previdenciário e acima do piso no Brasil — 1995-10

ANOS	REAJUSTE DO PISO	ACIMA DO PISO (%)
1995	42,86	42,86
1996	12,00	15,00
1997	7,14	7,76
1998	8,33	4,81
1999	4,62	4,61
2000	11,03	5,81
2001	19,21	7,66
2002	11,11	9,20
2003	20,00	19,71
2004	8,33	4,53
2005	15,38	6,36
2006	16,67	5,01
2007	8,57	3,30
2008	9,21	5,00
2009	12,05	5,92
2010	9,68	6,14
1995-2010	628,59	311,50

FONTE: Ministério da Previdência.

Calino Pacheco Filho (FEE/CEES)

O crédito no Brasil: pós-crise

A crise financeira global de 2008 afetou significativamente o mercado de crédito no Brasil. As condições de oferta foram rapidamente comprometidas, a partir da restrição de acesso a linhas de financiamento externas, da redução da liquidez no mercado interbancário doméstico e do acirramento da aversão ao risco na concessão de novos recursos pelas instituições financeiras. Ao mesmo tempo, a demanda por crédito foi condicionada pela evolução desfavorável das expectativas relativas a emprego, renda e produção, com impactos nas decisões de consumo e de investimento.

Evolução do crédito no Brasil pós-crise — out./07-out./09

DISCRIMINAÇÃO	Δ PERCENTUAL EM 12 MESES		
	Out./07	Out./08	Out./09
Total	26,4	34,4	15,3
Recursos livres	24,3	37,0	9,7
Pessoa física	32,6	28,2	17,0
Pessoa jurídica	27,8	45,5	3,6
Recursos domésticos	39,5	47,9	12,1
Recursos externos	21,7	36,2	-32,0
Recursos direcionados	18,3	28,4	29,4
BNDES	16,6	27,9	37,7
Habitação	23,5	36,0	43,5

FONTE: Bacen.

Nesse cenário, a expansão do volume de crédito passou a registrar expressivo arrefecimento, relativamente à evolução observada até meados de 2008. Os empréstimos totais, conforme observado na tabela, apresentaram expansão de 15,3% em 12 meses, até outubro de 2009, ante elevações respectivas de 26,4% e de 34,4% em intervalos equivalentes de 2007 e de 2008.

No decorrer do acirramento da crise, os bancos públicos desempenharam importante papel como agentes anticíclicos, sustentando ou ampliando a oferta de recursos no mercado de crédito. Como resultado, a participação relativa dessas instituições no total das operações de crédito do sistema financeiro nacional elevou-se de 34,2% em setembro de 2008 para 40,7% em outubro de 2009. Já as relativas às instituições privadas nacionais e aos bancos estrangeiros recuaram de 44,9% e 21,4% para 40,8% e 18,5% respectivamente.

Ao longo do segundo semestre de 2009, com o retorno dos bancos privados ao mercado, o volume de crédito iniciou a sua recuperação, e a expectativa para o ano de 2010 é de que a sua expansão continue de forma intensa.

Edison Marques Moreira (FEE/NEPE)

O saldo cambial brasileiro em 2009

Diferentemente dos anos anteriores, quando o superávit comercial garantiu o saldo cambial total, em 2009 os principais responsáveis pela entrada de recursos no País foram as operações financeiras, as quais abrangem as operações com capitais (investimento direto, em Bolsa, renda fixa e empréstimos em moeda) e serviços (turismo, pagamento de juros e remessa de lucros).

No primeiro semestre do ano passado, ainda sob o efeito da fuga de capitais que assolou a economia brasileira no último trimestre de 2008, o saldo das operações financeiras foi negativo em mais de US\$ 10 bilhões, enquanto o movimento do câmbio comercial aproximou-se dos US\$ 13 bilhões positivos. A virada ocorreu no terceiro trimestre, quando o resultado comercial registrou um déficit de quase US\$ 5 bilhões, e o superávit financeiro ultrapassou os US\$ 10 bilhões.

Na tabela, é possível observar que, em 2009, houve um encolhimento em todas as contas do mercado de câmbio em relação a 2008. Pelo lado comercial, tanto as exportações quanto as importações e, pelo lado financeiro, tanto as compras quanto as vendas de dólares registraram queda, fruto da recessão mundial. Se os contratos cambiais de importação diminuíram, como resultado da menor atividade econômica e da redução nos financiamentos externos, os contratos cambiais de exportação caíram não só pelos mesmos motivos, mas também pelo fato de muitas empresas terem deixado parte dos dólares dessas operações fora do País para custear despesas com importação de insumos e pelo próprio preço do dólar, que voltou a

cair em 2009, em relação às principais moedas, especialmente o euro e o iene.

Com a boa resposta da economia brasileira à crise internacional, dentro do clima de incertezas globais e poucas perspectivas de 2009, o capital estrangeiro buscou alternativas no País. A expectativa de melhor desempenho da atividade econômica local estimulou os estrangeiros a aqui fazerem investimentos diretos e a comprarem ações em Bolsa.

A partir de 2010, porém, o superávit no fluxo cambial deve diminuir. O País tenderá a registrar saldos comerciais cada vez menores, por causa do aumento das importações, fruto do maior crescimento econômico, mas o financeiro também será mais fraco, até porque a Bolsa se valorizou bastante, e outros mercados podem se mostrar mais atrativos que o Brasil. Muitos acreditam que a Bovespa já subiu muito e que, portanto, valeria a pena pensar em outras alternativas. Com as economias dos países desenvolvidos se recuperando, a tendência é de as taxas de juros subirem por lá, deslocando parte do capital que hoje migra para países emergentes como o Brasil.

A carta na manga do Brasil é que, atualmente, o País passou a depender menos dos empréstimos e a contar mais com investimentos diretos e em carteira. Além disso, o Bacen tem reservas suficientes (mais de US\$ 240 bilhões) para bancar eventuais fugas de capital e as consequentes oscilações na taxa de câmbio, o que garante uma certa estabilidade no mercado cambial, inexistente há alguns anos.

Movimento de câmbio no Brasil — 2006-09

PERÍODOS	COMERCIAL			FINANCEIRO			SALDO (A + B)
	Exportação	Importação	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)	
2006	144 376	86 778	57 598	195 382	215 710	-20 328	37 270
2007	184 764	108 018	76 746	348 281	337 573	10 708	87 454
4º trim./08	39 354	34 724	4 630	83 122	105 923	-22 801	-18 171
2008	187 984	140 084	47 900	421 240	470 123	-48 883	-983
1º trim./09	32 944	26 437	6 507	56 801	66 282	-9 481	-2 974
2º trim./09	38 165	31 845	6 320	83 805	84 486	-681	5 639
3º trim./09	32 572	37 291	-4 719	91 897	81 586	10 311	5 592
4º trim./09	40 984	39 168	1 816	103 754	85 096	18 659	20 474
2009	144 666	134 742	9 924	336 257	317 450	18 808	28 732

FONTE: Banco Central do Brasil.

NOTA: Os dados referem-se aos contratos de câmbio efetuados pelo Bacen, por isso diferem das transações registradas no balanço de pagamentos.

Teresinha Bello (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 26 .01.10).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.